

Serviço Militar (ou Cívico) Obrigatório

Nestes tempos de confinamento, o tempo para meditar é maior e os pretextos não param de aparecer.

Defensor, desde sempre, da existência de um Serviço Militar Obrigatório ou, em alternativa, de um Serviço Nacional Cívico, fui dos que se manifestaram publicamente contra a sua extinção.

Extinção que, recordei foi resultado das pressões de uma minoria, personificada nas juventudes partidárias do PS, PSD e CDS.

O facto é que, apesar do inquérito (confidencial) feito a todos os mancebos sujeitos à inspecção militar resultar sempre numa maioria favorável à existência do SMO (no ano anterior ao da sua extinção foram 52% os que votaram sim à sua continuação), a demagogia, o populismo, a curta visão do futuro, a ausência de estratégia e a ignorância dos partidos políticos, do que viria a chamar-se arco do poder, decretou a morte do SMO em Portugal.

Desde aí que as vozes contestatárias vêm perdendo peso, subjugadas ao peso do politicamente correcto, da moda do momento.

Continuo a considerar que numa sociedade como a nossa, num País como o nosso, um Serviço Militar Obrigatório ou um Serviço Cívico Obrigatório devia fazer parte do percurso da educação/instrução dos jovens, integrado e fazendo parte dos cursos a ministrar (devidamente colocados nesse percurso)! Isto, evidentemente, para além da sua contribuição para umas Forças Armadas melhor preparadas e mais capazes de cumprir as suas diversas missões.

Por isso, continuo a defender que o País deveria repensar a decisão assumida há cerca de 35 anos e abrir as portas à reposição desse Serviço.

Serviço que, sendo um Dever cívico, é também um instrumento de melhoria da preparação da população. E, naturalmente,

quanto melhor a população estiver preparada, melhor será a sociedade que conseguirá construir.

Como é evidente, tenho a noção das enormes dificuldades de uma decisão no sentido da que defendo! Como tenho a noção, do quão difícil será implementar essa medida, se a decisão for positiva. Não tenho quaisquer dúvidas de que as dificuldades serão enormes!

Onde o repensar da política de Defesa Nacional e do papel das Forças Armadas na mesma, não será das menores. Repensar a que a presente situação viral nos obriga mas que, simultaneamente nos fornece muitas razões e elementos, para ajudar nas decisões imprescindíveis e inadiáveis. Assim haja capacidade, para enfrentar a situação! Não é fácil? É complicado e tem pela frente enormes obstáculos, fortes oposições? Certamente, não haja quaisquer dúvidas! Mas, é precisamente nos momentos mais difíceis que mais necessárias são a lucidez e a coragem dos decisores! É um debate necessário, um debate que se impõe, principalmente quando a experiência destes dias nos leva a questionar muitas das soluções anteriormente decididas! Decisões que nos mostraram quão errados estivemos, quão perigosas se podiam ter tornado, face às insuficiências que daí resultaram!

Temos de encontrar novas soluções? Temos de nos preparar para fazer frente a novas crises, novas emergências? Assim sejamos capazes!

Poderá questionar-se o porquê de me decidir por vir à liça neste momento, por estar a recuperar um tema que muitos quiseram e querem na gaveta!

Apenas, porque aconteceu ler um artigo que Henrique Raposo acaba de publicar.

Aqui fica esse artigo, para o qual peço a vossa atenção!

Vasco Lourenço

Serviço militar (ou cívico) obrigatório para eles e Elas

Um miúdo privilegiado do Estoril ou da Foz não “tem mundo” se passar apenas pela neve dos Alpes italianos; “ter mundo” implica ajudar no terreno os miseráveis de Bragança, Castelo Branco ou Bobadela. Por outro lado, um miúdo pobre de Sacavém ou Campanhã tem o dever de sair da sua zona de conforto e conhecer outros mundos, até para perceber que os “ricos” não são sempre os “betos” da caricatura defendendo a ideia há muito tempo. Agora faz ainda mais sentido.

Os nossos jovens precisam de um ano de formação e, sim, de sacrifício cívico pela comunidade. É preciso recuperar o serviço militar obrigatório para eles e elas em pé de igualdade. Ao lado, para quem não quiser a tropa, é preciso criar um serviço cívico obrigatório.

Nós somos uma república de cidadãos que têm de perceber a ideia de serviço e sacrifício, não podemos continuar a ser um mero mercado de adolescentes consumidores que só respeitam a soberania do impulso consumista. Por outras palavras, a ideia do "voluntariado" deve ser obrigatória, deve fazer parte da formação

do cidadão. Os jovens devem passar um ano nos terrenos mais difíceis, limpando o mato nas florestas, ajudando os lares de idosos, ou na clássica recruta do exército, se quiserem. Este tempo de peste reaviva uma lição esquecida: nós somos parte de um corpo comum, somos uma nação ou comunidade antes de sermos um mercado. Os adolescentes não podem ser induzidos apenas para o consumo, têm de perceber que existe algo acima dos seus apetites concretizáveis no mercado. David Brooks e outros nos EUA têm defendido uma ideia parecida, Voluntary National Service. Numa época tão polarizada no campo económico, social e ideológico, é preciso reunir as pessoas.

Um miúdo privilegiado do Estoril ou da Foz não “tem mundo” se passar apenas pela neve dos Alpes italianos; “ter mundo” implica ajudar no terreno os miseráveis de Bragança, Castelo Branco ou Bobadela. Por outro lado, um miúdo pobre de Sacavém

ou Campanhã tem o dever de sair da sua zona de conforto e conhecer outros mundos, até para perceber que os "ricos" não são sempre os "betos" da caricatura.

Com o debate sempre tão polarizado entre Estado e mercado, convém sempre dizer o óbvio: o centro é a sociedade, o bairro, os laços de vizinhança com a vizinha do 2.º esquerdo, os laços patrióticos com a Dona Adelaide do Cartaxo ou de Famalicão. O estado e o mercado são instrumentos desta essência, são eletrodomésticos que servem a sociedade.